**FAJ – FACULDADES DE JUSSARA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANDREA GOMES DA SILVA
JUCÉLIA FERREIRA DELFINO
LEIDIANE COSTA DE CARVALHO AVELINO
LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA**

CONTABILIDADE PÚBLICA COM ENFOQUE EM LICITAÇÃO

**JUSSARA – GO
2009**

Andrea Gomes da Silva
Jucélia Ferreira Delfino
Leidiane Costa de Carvalho Avelino
Luciana de Oliveira Silva

CONTABILIDADE PÚBLICA COM ENFOQUE EM LICITAÇÃO

Trabalho apresentado para fins de avaliação parcial da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Ciências Contábeis da UNIFAJ – União das faculdades de Jussara, sob orientação da professora Denise Barros.

JUSSARA – GO

2009

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	07
2.1 Contabilidade Pública.....	07
2.2 CONHECENDO LICITAÇÃO.....	10
2.2.1 <i>Conceitos e fundamentos legais.....</i>	<i>10</i>
2.3 FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	12
2.3.1 <i>Edital/ convite.....</i>	<i>13</i>
2.3.2 <i>Apresentação das propostas.....</i>	<i>13</i>
2.3.3 <i>Habilitação.....</i>	<i>14</i>
2.3.4 <i>Homologação e adjudicação.....</i>	<i>14</i>
2.3.5 <i>Anulação da Licitação.....</i>	<i>15</i>
2.3.6 <i>Revogação.....</i>	<i>15</i>
2.3.7 <i>Responsabilidade Penal.....</i>	<i>15</i>
2.4 MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	16
2.4.1 <i>Concorrência.....</i>	<i>16</i>
2.4.2 <i>Tomada de preços.....</i>	<i>17</i>
2.4.3 <i>Convite.....</i>	<i>17</i>
2.4.4 <i>Concurso.....</i>	<i>17</i>
2.4.5 <i>Leilão.....</i>	<i>18</i>
2.4.6 <i>Pregão.....</i>	<i>18</i>
2.5 CRIMES EM LICITAÇÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

CONTABILIDADE PÚBLICA COM ENFOQUE EM LICITAÇÃO

Resumo: Este artigo tem como finalidade discorrer a respeito da Contabilidade Pública com ênfase em Licitação, sendo que os princípios básicos das licitações são muito importantes para aqueles que estão diretamente envolvidos com o processo de contratação, especialmente para o Ordenador de Despesas e para a Comissão (Especial ou Permanente) de Licitação. Os princípios são disposições expressas ou implícitas na lei, que devem estar presentes em todo o processo de contratação. Eles estão disciplinados no artigo 3º da Lei N.º 8.666/93; que define os princípios norteadores da licitação, isto é, a “linha mestra” nas contratações. A atual legislação mantém os cinco princípios básicos de igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, anteriormente expressos no Decreto-lei n.º 2.300/86. Muito oportunamente, ela explicita, ainda, os quatro princípios norteadores da ação pública: isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade. Para tanto, este trabalho tratar-se-á como tema central a Licitação.

Palavras-Chave: Contabilidade Pública – Licitações – Princípios – Modalidades – Lei 8.666/93 – Lei nº 10.520/2002.

Summary: this article aims to add about public accounting with an emphasis on bid, and the basic principles of the bids are very important for those who are directly involved in the hiring process, especially for the originator of expenditure and to the Commission (particular bid or permanent). The principles are provisions expressed or implied in law, which must be present throughout the procurement process. They are disciplined in article 3 of law No. 8.666/93, which defines the principles guiding the bid, i.e. the "spine" in hiring. The current legislation keep five basic principles of equality, advertising, administrative probity, convocatório and instrument binding judgement goal, previously expressed in Decree-Law No. 2,300/86. Very timely, she explains, the four guiding principles: equality of public action, legality, impessoalidade and morality. So, this work will involve the central theme.

Keywords: public accountancy – bids – principles – arrangements – law 8.666/93 – Law No. 10.520/2002.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública designa o mais complexo ramo da Ciência Contábil, atuando exclusivamente nos órgãos governamentais. A bibliografia é escassa, pois são poucos os estudiosos que atuam nessa área. Mesmo assim, não deixa de ter extrema importância por abranger quase todas as áreas envolvidas na previsão e execução orçamentária, nos registros contábeis, na elaboração dos relatórios financeiros, econômicos, patrimoniais e no controle interno, ajudando a administração na tomada de decisões (NASCIMENTO, 2000).

A pesquisa foi do tipo bibliográfica, com livros e revistas e periódico da internet relacionados ao tema em estudo, e teve por objetivo apresentar conceitos relacionados à Contabilidade Pública com enfoque em licitação pública, bem como seus tipos. Tendo em vista que diante de tamanha evolução no campo tecnológico, empresarial e social, o Estado não pode ficar à margem, apenas como expectador. Surge a necessidade de um modelo gerencial na gestão administrativa, capaz de realizar a função pública de forma eficiente, moderna, acompanhando a evolução econômica e financeira da sociedade, sem olvidar dos princípios basilares que orientam a Administração Pública.

A Contabilidade Pública pode ser definida como um ramo da Contabilidade que estuda e pratica as funções de orientação e controle relativas aos atos e fatos da administração econômica das empresas públicas (NASCIMENTO, 2000).

Com a crescente demanda por bens, obras, serviços em todo o país, quando ao Estado cumpre garantir o desenvolvimento econômico e social, tornou-se imprescindível adoção de procedimentos e mecanismos de controle, que garantam a aplicação do grande volume de recursos disponíveis, com eficiência e transparência. Uma das formas eficientes utilizadas pela Administração Pública é a licitação.

A primeira legislação que tratava de compras públicas no Brasil foram as Ordenações Filipinas, de 1595. Atualmente, duas leis condicionam as licitações públicas brasileiras. A lei federal 8.666, de 1993, define os modelos de licitação possíveis para todas as esferas (federal, estadual e municipal) e também o que pode ser dispensado de licitações. Em 2002, foi promulgada a lei federal 10.520 que regularizou uma nova modalidade de licitação: o pregão. A lei 8.666 detalha também outras duas modalidades de licitações, que não são exatamente compras de bens e serviços. São o concurso público e a alienação, ou venda, de bens públicos, que normalmente é feito em forma de leilão.

A Constituição de 1988, art. 37, inc. XXI criou bases, nas quais mais tarde, em 21 de junho de 1993, assentou-se a Lei Federal nº 8.666, que instituiu o Estatuto das Licitações e

Contratos Administrativos, a qual estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com essa Lei, a celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Dallari (1992), menciona que:

O instituto da licitação assumiu grande importância atualmente, devido ao aumento na esfera de atuação da Administração Pública, por meio do desempenho de novas funções exigidas pela complexidade da vida moderna. (DALLARI, 1992. p. 89.)

Assim sendo, a Licitação pode ser compreendida como procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. Outra forma de conceber a palavra licitação, pode se definir como um procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público procura selecionar a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade nos termos expressamente previsto no edital.

A Administração Pública deve lançar mão da licitação toda vez que for comprar bens, executar obras, contratar serviços, ou conceder a um terceiro o poder de, em seu nome, prestar algum tipo de serviço público, como é o caso das concessões.

Mediante o exposto, o presente estudo, objetiva evidenciar de forma clara e concisa o tema “Contabilidade Pública com enfoque em Licitação”, enfatizando desde seus conceitos à sua aplicabilidade

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que estuda, orienta e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações, sendo capaz de produzir, relatórios que sirvam à administração no processo de tomada de decisões e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade (NASCIMENTO, 2000).

Utilizam em suas demonstrações os métodos das partidas dobradas, onde para cada conta devedora existe em contrapartida uma ou mais contas credoras, ou vice-versa. É um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias. Por ser restrita apenas aos três níveis de governo, torna-se uma disciplina de divulgação rara, em que são poucos os técnicos especializados nessa área de aplicação (PIXITELLI; TIMBÓ; BRUM, 1987).

A contabilidade pública se divide em quatro campos de atuação segundo (PIXITELLI; TIMBÓ; BRUM, 1987).

Sistema Orçamentário: evidencia o registro contábil da receita e da despesa, onde no final do exercício apresenta uma comparação entre a previsão e a execução orçamentária registrados;

Sistema Financeiro: engloba todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, que serão objeto de registro e controle contábil, apresentando no final do exercício o resultado financeiro apurado;

Sistema Patrimonial: registra todos os bens móveis e imóveis que a entidade possui, apresentando no final do exercício o resultado da gestão econômica;

Sistema de Compensação: registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações, geralmente decorrentes de contratos, convênios e ajustes, sendo que quando forem elaborados os balanços, no final do exercício, os saldos de suas contas serão incluídas no Balanço do Sistema Patrimonial.

É uma área de extrema importância para a administração pública, já que as mesmas servem-se das informações provenientes dessa contabilidade para a tomada de decisões e futuras projeções (NASCIMENTO, 2000).

Tal pesquisa revelou escassez de profissionais que se interessam por essa área, sendo que tal ramo além de ser muito complexo, seu campo de aplicação restringe-se apenas aos órgãos governamentais, onde os profissionais acabam tendo que arcar com a responsabilidade sozinhos. Outro fato a ser levado em consideração é a baixa rentabilidade de grande parte desses contadores, em relação a responsabilidade que lhe são delegadas, já que dependem muito de uma política salarial diferenciada do mercado de trabalho (ANGÉLICO, 1994).

Com relação ao objetivo da Contabilidade Pública, Bezerra Filho (2008) pontua que:

O objetivo da Contabilidade aplicada à Administração Pública é o de fornecer informações, atualizadas e exatas, à Administração, para subsidiar as decisões dos gestores; aos órgãos de controle interno e externo, para o cumprimento da legislação, e às instituições governamentais e particulares, para fins estatísticos ou de interesse dessas instituições (BEZERRA FILHO, 2008, p. 134).

O objeto de qualquer contabilidade é o PATRIMÔNIO. O da Contabilidade Pública é o PATRIMÔNIO PÚBLICO, exceto os bens de domínio público, como: praças, estradas, ruas, etc., considerados no Código Civil como bens de uso comum do povo (ANGÉLICO 1994).

O campo de aplicação da Contabilidade Pública segundo Angélico (1994) se refere a:

- Administração Direta (centralizada): fazendo parte o Poder Executivo (União, Ministérios, Estados e Municípios, Secretarias); Poder Legislativo (União, Congresso Nacional, Estados, Assembléias Legislativas, Municípios, Câmaras Municipais); e o, Poder Judiciário (Federal e Estadual);
- Administração Indireta (descentralizada): tendo como integrantes as Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Dependentes (aquelas que utilizam recursos à conta do orçamento público para despesas de custeio e investimentos específicos). E sobre isso Slomski (2009) afirma que:

O campo de atuação da Contabilidade Pública é, assim, o das pessoas jurídicas de Direito Público Interno – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, seus fundos, suas autarquias e suas fundações (SLOMSKI, 2009, p. 28).

Com relação à organização da Contabilidade Pública, Slomski (2009), salienta que esta deve ser pautada na Lei Federal 4.320/64, que discorre o seguinte:

Os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros (LEI FEDERAL Nº 4.320/64 Art. 85).

A Contabilidade Aplicada à Administração Pública seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal, tem como carro chefe a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecida no Orçamento Público e aprovadas para o exercício, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio.

A aplicação de recursos públicos, provenientes do Tesouro, ainda que de diferentes origens, se faz dentro de uma programação específica e está sujeita a controles formais, obrigatórios, dos sistemas de controle interno e externo; sua contabilização, conseqüentemente, deve seguir um modelo que assegure uma padronização, adequada (PISCITELLI, 2004, p. 21).

A contabilidade pública é uma especialidade da contabilidade, que baseada em normas próprias, está voltada ao registro, ao controle e à avaliação do patrimônio público e suas respectivas variações abrangendo aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais constituindo valioso instrumento para o planejamento e o controle da administração governamental (PISCITELLI, 2004).

Uma das matérias-primas da administração para a tomada de decisões, controle e avaliação de desempenho da organização e de suas atividades nos aspectos econômico e financeiro é a informação a ser gerada pela contabilidade, onde será encontrado o fato gerador de que necessita para mencionados fins.

A informação contábil deverá atender a dois tipos de usuários, o interno e o externo. O usuário interno é o próprio poder executivo, prefeito, secretarias e demais órgãos municipais já o usuário externo é o contribuinte ou usuário do serviço municipal, o Tribunal de Contas do Estado ou da União, o Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios e demais entidades ou pessoas que transacionam com o Município. A informação, nesse contexto, obedecerá rigidamente aos princípios que orientam os procedimentos de contabilidade, inclusive para elaboração das demonstrações que são exigidas pela lei.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribui à contabilidade pública funções de controle orçamentário e financeiro, garantindo-lhe um caráter mais gerencial. Com essa lei as informações contábeis passaram a interessar não apenas à administração pública e aos seus gestores, a sociedade passa a tornar-se participante do processo de acompanhamento e

fiscalização das contas públicas, mediante os instrumentos que a referida lei incorpora para esta finalidade.

Administração pública é “o conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos preordenados à execução das decisões políticas”.

Essa é uma noção simples de Administração Pública que destaca em primeiro lugar, que é subordinada ao poder político, em segundo lugar, que é meio e, portanto, algo de que serve para atingir fins definidos e em terceiro lugar, denota os seus dois aspectos, um conjunto de órgãos a serviço de Poder Político e as operações, as atividades administrativas (SILVA, 2002, p. 12).

O artigo 37 da Constituição Federal determinou que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Administrar e gerir os serviços públicos significa não só prestar serviço ou executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil.

A Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e a lei nº 10.520/02 “Lei do Pregão”, de 17 de julho de 2002, constituem a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública.

A Lei nº 8.666, de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2003, p. 14).

A Lei de Licitação vem de encontro à necessidade de uma aplicação dos recursos públicos de forma correta e honesta, onde obriga que as compras de bens e serviços sejam realizadas sob critérios que se aplicados corretamente trará sem dúvida transparência na aplicação destes recursos. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

2.2 CONHECENDO LICITAÇÃO

2.2.1 Conceitos e fundamentos legais

A palavra Licitação provém do latim *liceri*, *licitatione*, *licitatio* e quer dizer: venda por lances, dar preço, oferecer lance (DI PIETRO, 1991).

A licitação é um procedimento administrativo que se traduz em uma série de atos que obedecem a uma seqüência determinada pela lei e tem por finalidade a seleção de uma proposta (mais vantajosa) de acordo com as condições (isonômicas) previamente fixadas e divulgadas em razão da necessidade de celebrar uma relação contratual (PISCITELLI, 2004, p. 234).

Assim, a principal finalidade da licitação é abrir a todos os interessados a oportunidade de contratar com o poder público. Por oportuno, ressalta-se que a proposta mais conveniente, referida pela autora da citação, não diz respeito ao administrador. A proposta deverá ser escolhida de acordo com o interesse coletivo, ou seja, aquela que proporcionará melhores condições contratuais em prol da Administração Pública.

Com efeito, esta é outra das finalidades da licitação, como já referido, dificultar fraudes por parte do administrador na escolha da entidade a ser contratada. Em suma, a licitação é uma decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha da contratante (DI PIETRO, 1991, p. 230).

No campo do Direito Administrativo vários são os conceitos encontrados nas mais diversas obras sobre o instituto da licitação pública. Segundo Meirelles (2004), a licitação é um procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Desenvolve-se por meio de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a administração e para os licitantes, propiciando igual oportunidade a todos os interessados e atuando como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

Na precisa definição de Bandeira de Mello, licitação é:

O procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras e serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço ou de uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados (MELLO, 2002, p. 468)

Já Citadini (1999), entende que licitação é o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

Para Di Pietro (1999), trata-se a licitação pública de um procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato (DI PIETRO, 1999).

Já Brito, (1997 p. 108) de modo condensado afirma que a licitação é "... um processo legal que institucionaliza um sistema de mérito, apto a selecionar a proposta mais conveniente para o Estado-administração.

Observa-se que, analisando os diversos conceitos colocados de forma semelhante conclui-se que realmente licitação é um procedimento administrativo que se presta para a busca da proposta mais vantajosa (ou melhor, proposta), obedecendo ao princípio da isonomia.

A competência para legislar sobre licitação assiste às quatro ordens de pessoas jurídicas de capacidade política (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), competindo à União a edição de normas gerais sobre o assunto.

Outros dispositivos também tratam sobre a licitação, a exemplo da Lei nº 8.666/93, com as alterações produzidas pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98, a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal (Lei das Concessões), e a Lei nº 9.074/95, que estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, caput, traz o conceito de licitação:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Há uma preocupação em se aprimorar cada vez mais o procedimento licitatório e por isso a licitação está sujeita a alguns princípios, os quais, se descumpridos, descaracterizam o instituto e invalidam seu resultado seletivo. São eles: procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre os licitantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital ou convite; julgamento objetivo; adjudicação compulsória ao vencedor; probidade administrativa.

2.3 FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O procedimento licitatório tem duas fases, uma interna de preparação do processo e outra externa, relacionada ao procedimento propriamente dito.

O procedimento interno da licitação tem início com a abertura do processo, no qual a autoridade pública competente autoriza ou determina sua realização, descreve seu objeto e indica os recursos para a despesa.

Na fase externa deve-se observar os seguintes passos: elaboração e publicação do edital ou convite; impugnação ao edital; habilitação dos licitantes; julgamento das propostas; recursos administrativos; adjudicação e homologação.

Segundo tal pensamento a licitação inicia-se na mente da Administração Pública que dará abertura ao procedimento onde a autoridade competente determinará sua realização. Haverá, nesse momento, uma definição precisa do objeto. Conseqüentemente ocorrerá a indicação dos recursos hábeis para a despesa e por fim uma submissão ao instrumento convocatório à aprovação pela Assessoria Jurídica, dentre outros atos. Esta é a fase interna.

Após os procedimentos supra mencionados haverá convocação dos interessados (Edital ou Carta-convite); apresentação das propostas, habilitação, classificação, homologação, adjudicação etc. tais procedimentos é o que sustenta uma licitação correta (JUSTEN, 1998).

2.3.1 Edital/ convite

Edital é o documento através do qual a instituição compradora estabelece todas as condições da licitação que será realizada e divulga todas as características do bem ou serviço que será adquirido. A correta elaboração do edital e a definição precisa das características do bem ou serviço pretendido pela entidade licitadora são essenciais para a concretização de uma boa compra ou contratação. O edital vincula a Administração e os interessados/proponentes às suas regras. Nada pode ser exigido além do edital, porque é a lei interna da licitação.

A divulgação do edital é obrigatória pela imprensa oficial nos casos de concorrência, tomada de preços, concurso e leilão. A divulgação se fará, pelo menos uma vez, no Diário Oficial da entidade que promover a Licitação e em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de grande circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido o material, alienado ou alugado o bem.

2.3.2 Apresentação das Propostas

Percebe-se depois do edital temos a apresentação das propostas como o seguinte procedimento ou fase do Processo de Licitação.

Aqui é que se inicia um liame obrigacional entre as partes, administração e os proponentes ou licitantes.

Com efeito, para que esse processo se dê de forma equânime (princípio da igualdade), necessário se faz que haja sigilo sobre as propostas apresentadas. Tal precaução visa impedir que um licitante leve vantagem sobre os demais, pois se um conhecesse a proposta dos outros poderia, facilmente, traçar estratégias para que suas propostas possam ser mais interessantes à administração pública.

2.3.3 Habilitação

A habilitação, no seu conceito mais amplo, constitui o conjunto de condições a serem observadas em cada caso, por todos que desejem participar de certame licitatório instaurado pela Administração Pública. Poderá ela estar integrada à licitação, constituindo fase da concorrência, quando então será identificada como "habilitação preliminar". Nesta fase de o que deve ser aferido é se os participantes detêm condições de celebrar e executar o futuro contrato. Estas condições tangem-se à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal. A habilitação é verificada em conformidade com os aspectos que são apontados no art. 27 da Lei 8.666/93.

2.3.4 Homologação e adjudicação

Este momento é o oportuno para que a autoridade competente examine o processo para manifestar-se sobre a legalidade e conveniência do procedimento licitatório. Esta atitude é a homologação. Tal autoridade deve adotar uma das seguintes posições:

- a) homologação do resultado;
- b) anulação do certame, em caso de ilegalidade;
- c) revogação do certame, por interesse público;
- d) determinação à Comissão que esclareça dados ou proceda ao saneamento de vícios ou irregularidades que não contaminem o resultado da licitação.

Já a adjudicação é o ato pelo qual o futuro contrato é atribuído ao vencedor da licitação, que passa a ter expectativa, frise-se, expectativa de direito à contratação. Este ato obsta que a Administração contrate com outra parte que não o licitante o objeto licitado. Como é de observar-se há uma aceitação e vinculação do vencedor a todos os termos do Edital. Caso houver descumprimento deste vínculo poderá ocorrer penalidades, as quais serão analisadas no decorrer deste artigo (JUSTEN, 1998).

2.3.5 Anulação da Licitação

Em regra a licitação poderá ser anulada. Essa anulação consiste em desfazer o ato administrativo referente ao procedimento licitatório. A anulação poderá ocorrer tanto pela Via Judicante como pela Via Administrativa.

Pode ocorrer, a Licitação, caso se verifique há existência de ilegalidades. Esta anulação poderá ser total ou parcial, cabendo ao Poder Judiciário ou à Administração a promoção da anulação. A anulação gera efeitos e, em regra, não enseja indenizações (art. 49, § 1º), a não ser que ocorra a hipótese do parágrafo único do art. 59 da lei em estudo. Este artigo regula a indenização do contratado se este não deu razão ao vício que tenha gerado a anulação do contrato.

Vale ressaltar que a anulação pode ocorrer em qualquer fase e a qualquer tempo, mas deve sempre ser motivada e acarretará em nulidade do contrato, nos termos do art. 49, § 2º da Lei em apreço.

2.3.6 Revogação

A revogação se assenta em motivos de oportunidade e conveniência administrativa. É ato privativo da Administração. Deve basear-se em fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação. Vejamos a cabeça do art. 49: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

Vale lembrar que tanto na anulação quanto na revogação é necessária a existência de motivação do ato, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

2.3.7 Responsabilidade Penal

Depois da entrada em vigor da Lei 8.666/93 responderá independentemente da responsabilidade administrativa ou civil, penalmente àqueles que praticarem as condutas típicas descritas no referido diploma legal. Será sujeito ativo dos delitos previstos nesta Lei as pessoas físicas que praticarem condutas ilícitas, mesmo não tendo vínculo com a Administração Pública. Vale dizer que a Lei estabeleceu fatos típicos somente a título de

dolo, deste modo, aquele que imprudentemente praticar um ato ilícito não responderá penalmente por tal ato. A ação pública será incondicionada e prevê a Lei imposição de penas de detenção, ou seja, não haverá reclusão nos ilícitos praticados referente à Licitação.

2.4 MODALIDADES DE LICITAÇÃO

As diversas modalidades de licitação, definidas no art. 22 da Lei 8.666/93, tem como critério de definição o valor estimado para a compra, obra ou serviços a serem contratados. Porém, o §1o do artigo 23 permite a utilização de uma modalidade mais complexa no lugar da mais simples, independentemente do valor do contrato, não sendo permitido o contrário. São elas segundo (MEIRELLES, 2000).

2.4.1. Concorrência

É a modalidade de licitação, prevista no §1º do artigo 22, da qual poderá participar quaisquer interessados, convocados com uma antecedência mínima de 30 (trinta) ou 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega das propostas, em cuja fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a consecução de seu objeto. Para as obras e serviços de engenharia o valor é acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para compras e demais serviços o valor é acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) (JUSTEN, 1998).

A utilização da modalidade concorrência torna-se obrigatória, independentemente do valor do contrato, nas seguintes hipóteses estabelecidas no artigo 23, §3º:

- a) na compra de bens imóveis;
- b) nas alienações de bens imóveis para as quais não se haja adotado a modalidade leilão, imóveis cujas aquisições derivaram de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento;
- c) nas concessões de direito real de uso;
- d) nas licitações internacionais.

2.4.2 Tomada de preços

È a modalidade de licitação prevista no §2º do artigo 22, destinada a interessados convocados com uma antecedência mínima de 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias da data de entrega das propostas, previamente cadastrados até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das mesmas, devendo- se levar em conta a necessária qualificação na fase de habilitação. Para as obras e serviços de engenharia o valor é de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para compras e demais serviços o valor é de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) (JUSTEN, 1998).

2.4.3 Convite

È a modalidade de licitação prevista no §3º do artigo 22 e bem mais simples que as demais, conquanto destina-se a contratações de pequenos valores. Sua convocação deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de entrega das propostas. Ela se dá entre interessados, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pela unidade administrativa em número não inferior a três, devendo a cópia do instrumento convocatório a ser afixada em local apropriado, para que aqueles cadastrados na correspondente especialidade, manifestando interesse até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data de apresentação das propostas, possam da licitação ter notícia e, assim, participar. Note se que não há obrigatoriedade de divulgação da carta- convite pela imprensa, conquanto é o bastante a afixação do mesmo em local próprio da repartição. Para as obras e serviços de engenharia o valor é de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e para compras e demais serviços o valor é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (JUSTEN, 1998).

2.4.4 Concurso

È a modalidade de licitação, prevista no §4º do artigo 22, destinada a trabalhos técnicos, artísticos ou científicos, eminentemente de cunho intelectual. A convocação deverá ser feita com a antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização do evento para interessados que possuam a qualificação exigida no edital e são instituídas premiação ou remuneração para os vencedores, cujos critérios de avaliação foram previamente estabelecidos no ato convocatório, ao qual tenha sido dada ampla publicidade. È uma espécie mais simples que a concorrência, já que dispensa as formalidades específicas

dessa. O concurso não confere ao(s) vencedor (es) qualquer direito a contratar com a Administração. Note-se que a execução do projeto escolhido será objeto de outra licitação, já em qualquer das outras modalidades, para a consecução do objeto, nos moldes da proposta vencedora do primeiro certame (JUSTEN, 1998).

2.4.5 Leilão

É a modalidade de licitação, prevista no §5º do artigo 22 e no artigo 53, utilizada para a venda de bens móveis e semoventes e, em casos especiais, também de imóveis (art. 19, III).

Há dois tipos de leilão: o comum, que só pode ser efetuado por um leiloeiro oficial, se houver e é regulamentado por legislação federal pertinente, mas as condições de sua realização poderão ser estabelecidas pelo órgão interessado; e o administrativo que é utilizado para a venda de mercadorias apreendidas como contrabando ou “esquecidas” nas alfândegas, nos armazéns ferroviários ou nas repartições públicas, cujas normas são também regulamentadas pela administração interessada (JUSTEN, 1998).

2.4.6 Pregão

É a mais nova modalidade de licitação, surgida com o advento da Medida Provisória no 2.026, editada em 04 de maio de 2000, cuja utilidade dá-se para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação, em que ocorre, durante a sessão, oferecimento de propostas e lances em sessão pública, sendo destinada unicamente a órgãos da Administração Pública Federal (JUSTEN, 1998).

Deverá ser designado um servidor, chamado de pregoeiro, para conduzir a licitação, dispensando-se, portanto, a Comissão, necessária em todas as outras modalidades.

Segundo Peixoto (2006) cabe à autoridade competente designar, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

No Pregão, segundo Peixoto (2006), a figura do pregoeiro assume postura do julgador singular, ou seja, é aquele que responde de forma individual em face de sua decisão. A competência legal atribuída ao pregoeiro definiu sua função de julgamento, recebimento de propostas, análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e

adjudicação. As atribuições do pregoeiro também foram explicitadas nos diversos diplomas estaduais. Nessa esteira, a responsabilidade pelos atos de julgamento recairá sobre o pregoeiro de forma individual e exclusiva, pois é ele quem detém a função decisória.

No entanto, cabe observar, que a equipe de apoio não estaria, isenta de qualquer responsabilidade quando assumisse função técnica e de competência exclusiva no que tange a conhecimentos específicos. Para julgamento, nesta modalidade, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital. Todos os licitantes participarão da etapa de lances, independentemente do valor da proposta.

Etapa de Lances: Será oferecido pelo critério de menor preço, sendo que o lance ofertado deverá ser menor que o último oferecido. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. Não é obrigatório oferecer lance inferior ao menor lance do pregão.

Forma de Apresentação dos Lances: São verbais e sucessivos, não existe um prazo pré-determinado para cada lance ou para o término desta etapa. Os licitantes são incentivados a oferecer novas ofertas até que se alcance o melhor preço.

Encaminhados via eletrônica. Esta fase em regra obedece a um tempo ordinário, em que todos os licitantes poderão oferecer lances. Decorrido o prazo ordinário, inicia-se automaticamente o prazo randômico por um período que vai de 1 segundo a 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema sendo automaticamente encerrada a sessão. Negociação Conhecida a melhor oferta o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para obter melhor preço. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta (PEIXOTO, 2006).

Habilitação Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta. Concluída a etapa de lances, será verificada, pelo pregoeiro, a habilitação do licitante que tenha oferecido o melhor preço, conforme exigências do edital.

A análise da habilitação será feita por meio eletrônico, sistema de credenciamento ou via fax, conforme previsto no edital. Recurso Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá a oportunidade para que os interessados possam na sessão pública manifestar a intenção de interpor recursos. Havendo manifestação será concedido prazo de 3 dias para apresentação das razões e mais 3 para apresentação das contra razões.

Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, intimados para, apresentarem contra razões por igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente. Adjudicação Não havendo manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao vencedor. Havendo recurso, a adjudicação será feita pela autoridade competente (PEIXOTO, 2006).

Não havendo manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao vencedor. Havendo recurso, a adjudicação será feita pela autoridade competente. Homologação É atribuição exclusiva da autoridade competente. É imprescindível a publicação deste ato na imprensa oficial. É atribuição exclusiva da autoridade competente. É imprescindível a publicação deste ato na imprensa oficial (PEIXOTO, 2006).

É importante, no entanto, ter em mente, que apesar de ter ganho a licitação, a empresa deve cumprir o contrato à risca, se não ela fica sujeita a punições como multa, cancelamento do contrato e até ter o nome da sua empresa bloqueada para outras licitações num prazo de até cinco anos em toda a administração pública.

2.5 CRIMES EM LICITAÇÃO

O controle externo dos atos da Administração Pública está cada vez mais rigoroso, ensejando às condutas dos agentes administrativos imposições não só de penalidades no âmbito da Lei de Improbidade Administrativo, como no âmbito penal. Os crimes previstos na Lei de Licitações atingem, não só o funcionário da administração, como também o particular.

Crime é toda a ação do homem assim considerada por lei. Crime, portanto, é conceito legal. É importante destacar, de um lado, que só o homem pratica crime e, por conseguinte, ele é o único ente que poder ser criminoso. De outro modo, se a ação do homem não foi, por lei, considerada crime, nenhum delito de natureza penal foi cometido. Então, pode-se concluir que os crimes da Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública somente podem ser praticados por uma pessoa, homem ou mulher, e, ainda: nem todas as ações e omissões violadoras de suas normas consubstanciam crimes (GASPARINI, 2001, P.13).

O legislador, ao elaborar a Lei nº 8.666/93, reservou a Seção III do Capítulo IV para definir os crimes e as penas correspondentes a condutas indevidas no âmbito dos procedimentos licitatórios, e o primeiro deles é justamente o que é alvo de nosso estudo neste momento. Previsto no art. 89, dispõe o seguinte:

Art. 89 Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: Pena: detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena

incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público (JUSTEN,1998, p.592).

Certamente, a capitulação de tais condutas como crime contribui para intimidar os administradores inescrupulosos que têm por hábito mancomunar-se com particulares, atribuindo-lhes contratações diretas indevidas. É, sem dúvida, um avanço na legislação. O dispositivo prevê duas condutas puníveis, quais sejam dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses legais (arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, respectivamente), ou deixar de obedecer as formalidades necessárias (art. 26 da Lei nº 8.666/93). Ainda, o parágrafo único do mesmo artigo penaliza da mesma forma o beneficiado com a contratação que tiver comprovadamente concorrido para a mesma.

Assim sendo, é de suma importância que se observem todos os requisitos e formalidades para que se proceda à contratação direta, como já comentado no decorrer do presente trabalho, uma vez que, além de dever moral do administrador, tal conduta constitui-se em dever legal, cujo descumprimento constitui crime (GASPARINI, 2001, P. 90).

O bem jurídico tutelado é, sem dúvida, a moralidade administrativa. Trata-se de crime de perigo abstrato de forma que pouco importa se seu cometimento cause ou não prejuízo à Administração, posto que a conduta punível não é causar prejuízo ao erário, e sim descumprir o que a Lei determina nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação. A punição para quem causa prejuízo já está prevista na questão do superfaturamento, no art. 25, § 2º, da Lei nº 8.666/93. São sujeitos ativos do crime em questão não só o agente público que tomou a decisão, como também todos os servidores que figurarem no processo como atestantes do cumprimento das disposições legais. Além disso, pode figurar como sujeito ativo do crime o particular que concorrer para a conduta, com o fim de obter vantagem com a contratação indevida (GASPARINI, 2001).

No caso do terceiro particular, a conduta também exige o dolo como elemento subjetivo, na medida em que consciente da ilegalidade dos atos praticados, contribua para seu aperfeiçoamento, com a finalidade de ser contratado e obter vantagem às custas do erário. Entende-se que o crime do parágrafo único exige dolo específico (consistente no fim de celebrar contrato com o Poder Público). No tocante ao crime do *caput*, não parece viável exigir apenas o dolo genérico. Se a vontade consciente e livre de praticar a conduta descrita no tipo fosse suficiente para concretizar o crime, então teria de admitir-se modalidade culposa (GASPARINI, 2001).

Ou seja, quando a conduta descrita no dispositivo fosse concretizada em virtude de negligência, teria de haver a punição. Isso seria banalizar o direito penal e produzir

criminalização de condutas que não se revestem de reprovabilidade. É imperioso, para a caracterização do crime, que o agente atue voltado a obter um outro resultado, efetivamente reprovável e grave, além da mera contratação direta. O sujeito passivo é o Estado, e, conseqüentemente, a sociedade, que sofre o dano ou pelo menos corre o perigo de sofrê-lo (JUSTEN, 1998, p.593).

Frustrar o procedimento licitatório, mediante ajuste. Trata-se do famoso “conluio”. É quase tão antigo quanto a própria licitação, a existência de conchavos entre os participantes de uma licitação para definir previamente o vencedor, principalmente quando há um lote de objetos (JUSTEN, 1998,p. 593).

Prevê o artigo a conduta de frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação. O tipo penal visa resguardar o princípio da competitividade das licitações públicas. As condutas pressupõem ao menos dois agentes, que poderão ser dois concorrentes, ou um concorrente e o administrador responsável pela licitação. Se os concorrentes, além de fraudar a licitação, oferecem vantagem ilícita ao administrador, que a aceita, apresentam-se os crimes de corrupção ativa e passiva, que absorvem o presente ilícito, por serem mais graves. O elemento subjetivo é o dolo específico de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação. Sem essa conduta interna não se perfaz o crime. Será admissível a tentativa. A pena cominada é de detenção, de dois a quatro anos, e multa. Enseja o sursis, desde que se trate de réu primário, de bons antecedentes, vindo a pena a ser aplicada em seu grau mínimo, bem como a conversão da pena de detenção por duas penas restritivas de direitos, ou uma restritiva de direitos e multa (art. 44, §2.º, in fine, do CP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo faz uma abordagem acerca de aspectos pertinentes à Contabilidade Pública e sua relação com a lei de licitações, demonstrando a necessidade de licitar e a modalidade que possa trazer para a administração municipal além de economia financeira, eficiência, rapidez e principalmente transparência nas negociações dos bens e serviços adquiridos pela administração.

Com isto, os municípios têm procurado e executado a modalidade de licitação que traz melhores resultados financeiros e transparência no processo, de forma que vem observando e cumprindo a lei de licitações.

Não há como realizar compras no poder público municipal sem a realização de licitação, exceto nos casos de inexigibilidade buscando sempre a modalidade que possa trazer ao município transparência, legalidade e economicidade.

A conclusão no sentido de que os Municípios e os Estados (assim como o D.F.) possam criar a nova modalidade, depois de muito refletir sobre o tema, hoje, nos parece ser válida, assim como, ao contrário do que diz o autor, nos parece ser válida a restrição que a M.P. faz, de sua aplicação somente à União. Tal conclusão é semelhante à de Marçal Justen Filho, salvo no que toca à questão de a M.P. ter veiculado norma geral.

É que as premissas do raciocínio jurídico efetuado pelo ilustre autor encontram barreira intransponível (no sentido de que a M.P. 2.026 teria veiculado normas gerais sobre licitações) no art. 246 da C.F. que dispõe: "É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1.995".

Verifica-se o quanto são imprescindíveis essas mudanças na Contabilidade Pública brasileira, principalmente para o controle das contas públicas. Facilitando a identificação dos gastos, superávits e possíveis irregularidades na aplicação dos recursos públicos. Objetivando que além da transparência, da simplificação e da responsabilidade, também a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade estejam sempre presentes no setor público, beneficiando, em especial, a coletividade que é sua razão maior.

Esta reforma, entretanto, implica um árduo caminho a ser seguido, uma vez que não será fácil colocar a Contabilidade Governamental brasileira em consonância com os vários padrões estabelecidos em âmbito internacional e, ao mesmo tempo, atender à população e aos demais usuários de forma satisfatória e acessível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGÉLICO, J. Contabilidade Pública. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. **LEI Nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

BRASIL. **LEI Nº 10.520, de 17 de Julho de 2002**. Lei que institui a modalidade de licitação denominada Pregão.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.555 de 8 de Agosto de 2.000**. Regulamenta Licitação na Modalidade Pregão.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.450 de 31 de maio de 2.005**. Estabelece a exigência de utilização do pregão.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000**. BRASIL. Portaria Interministerial 217 de 31 de julho de 2006, dispõe sobre limites, prazos e condições para execução do decreto 5.504.

BRITTO, Carlos Ayres. **O perfil constitucional da licitação**. Curitiba: Znt Editora, 1997.

CITADINI, Antônio Roque. **Comentários e jurisprudência sobre a lei de licitações públicas**. 3.ed. :Max Limonad, 1999.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. Saraiva, 1992.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 1991

FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Princípios da Administração Pública**. São Paulo: Edipra, 1996.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Manual do Prefeito** - Coordenação Marcos Flávio Gonçalves. 12 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2005.

GASPARINI, Diógenes. **Crimes na Licitação**. 2 ed. atual. São Paulo: NDJ, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e Contratos Administrativos**. 5. ed. São Paulo : Dialética, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Licitação e Contrato Administrativo**. 10. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

NASCIMENTO, J. O. do. Contabilidade Pública: Preliminares. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, RS, n.º 101, pág. 31-35, jul./2000.

PEIXOTO, Ariosto Mila. **Pregão Presencial e Eletrônico**. Campinas: Prime, 2006.

PIXITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.; BRUM, S. M. D. et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Federal**. São Paulo: Atlas, 1987.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ (org.). **Contabilidade Pública – uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 9ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um Enfoque Administrativo**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Tribunal de Contas da União. **Licitações e Contratos: Orientação Básicas/Tribunal de Conta da União**. 2 ed. 2003.

http://www.finep.gov.br/cpl/modalidades_de_licitacao.asp.